

Jacuípe - AL, em 13 de abril de 2018.

Mensagem nº 0039/2018

Senhor Presidente

Cumprindo as disposições estabelecidas no Art. 95 e 133, inc I, da Constituição Estadual, como também, o que reza os artigos 1º e 3º da Lei Estadual nº. 5.604 de 20 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), a Resolução Normativa nº.002/2003 (Calendário de Obrigações dos Gestores Públicos) e a Resolução Normativa nº.001/2016 — **Anexo I**, temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, a **prestação de contas de Governo deste Município, relativa ao exercício financeiro de 2017**.

ITEM	DOCUMENTAÇÃO QUE CONSTAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS
1	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.
2	Anexo 1 - Demonstração das Receitas e Despesas segundo as Categorias Econômicas.
3	Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas.
4	Anexo 2 - Natureza da Despesa por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas.
5	Anexo 6 - Programa de Trabalho.
6	Anexo 7 -Programa de Trabalho do Governo -Demonstrativo das funções, Programas e Sub-Programas por Projetos e Atividades.
7	Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Sub-Programas conforme Vínculo com os Recursos.
8	Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
9	Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.
10	Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.
11	Anexo 12 - Balanço Orçamentário
12	Anexo 13 - Balanço Financeiro
13	Anexo 14 - Balanço Patrimonial



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUÍPE

14	Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
15	Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna/Externa
16	Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
17	Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO
18	Relatório de Gestão Fiscal - RGF
19	Cópia do Plano Plurianual - PPA.
20	Cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO acompanhada, dentre outros, do Anexo de Riscos Fiscais e de Metas Fiscais.
21	Lei Orçamentária Anual com o detalhamento das despesas por órgão de governo e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.
22	Cópias de decretos dos créditos adicionais abertos no exercício.
23	Quadro demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações.
24	Quadro demonstrativo das transposições, remanejamentos e transferências de recursos, com as cópias dos seus atos normativos.
25	Relatório que demonstre o desempenho da arrecadação, destacando as providências adotadas à fiscalização das receitas e formas de combate à sonegação.
26	Relatório e Parecer conclusivo emitido pela unidade executora do Controle Interno seguindo os moldes previstos na Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL e seu Anexo I.
27	Cópia do ato que nomeou o servidor encarregado de chefiar o SCI.
28	Declaração sobre a existência de sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios públicos, parcerias e assemelhados com a qualificação necessária, especialmente quanto aos seus respectivos dirigentes.
29	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas), identificando as contas de depósito na área da saúde, educação e assistência social (recursos próprios, assim como os advindo do SUS, do FUNDEB etc).
30	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.
31	Cópia do Plano Diretor (nos exercícios seguintes, apenas as alterações).
32	Cópias das Leis que autorizaram abertura de Operações de créditos
33	Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício anterior
34	Cópia do Mapa de Precatórios do Tribunal de Justiça e Ofícios Requisitórios da Justiça do Trabalho e relação de pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais, da qual conste a origem da ação, valor, a data de pagamentos e o nome do beneficiário.



35	Cópias das atas de audiências públicas realizadas até o final de maio, setembro e fevereiro.
36	Relação dos valores mensais dos repasses de duodécimo.
37	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP
38	Declaração atestando o envio das contas do Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo, assim como certificando o livre acesso da sociedade às mesmas.
39	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.

Sem mais para o momento, renovamos nossos mais cordiais votos de distinguido apreço e consideração.

Atenciosamente,

Amaro Ferreira da Silva Júnior

Prefeito Municipal